O Estado de São Paulo, 24 de agosto de 1979

São Paulo no poder?

Simon Schwartzman

Uma das características mais marcantes da história política brasileira tem sido a relativa marginalidade do Estado de São Paulo em relação ao centro de poder nacional. O momento mais dramático desta marginalidade talvez tenha sido a Revolução Constitucionalista de 1932, um acontecimento que é até hoje comemorado em São Paulo mas quase desconhecido no resto do País. Mas não foi o único. De fato, durante todo o período de 1945 a 1964, o sistema político brasileiro foi dominado por um conjunto de partidos de expressão nacional que não tinham maiores raízes em São Paulo – o PSD, o PTB e a UDN – e quando, finalmente, o paulista Jânio Quadros encabeça uma eleição vitoriosa, ela marca, exatamente, o início do fim do período do pluri-partidarismo estabelecido em 1945. O movimento político-militar de 1964 eliminou os principais líderes políticos paulistas, e impediu o quanto pôde que daquele Estado surgisse uma liderança de base autônoma a expressão nacional.

Esta "relativa marginalidade" de São Paulo não significa, evidentemente, que não existissem interesses paulistas representados em diversos níveis do governo, e que as demandas oriundas destes interesses não se fizessem presentes e não fossem atendidas. Mas, se São Paulo é realmente o centro de gravidade econômica e social do país, seria natural esperar que os interesses do Estado não se fizessem, simplesmente, presentes a nível nacional, mas que dessem a própria orientação e comando ao sistema político do País. É isto que, desde os longínquos tempos dos presidentes paulistas da República Velha, o Brasil não conhece. Este fato, inegável historicamente, contraria todas as teorias mais ou menos simplistas que tratam de traduzir a política em termos econômicos, o que faria dos governos brasileiros, por definição, representantes dos interesses paulistas.

A explicação para este aparente paradoxo, como tratei de demonstrar há algum tempo (*São Paulo e o Estado Nacional*, Difel, 1975), reside no fato de que o sistema político brasileiro tem sido, historicamente, dominado por uma simbiose entre um Estado central de características patrimonial-burocráticas e elites regionais oriundas de setores deprimidos da economia nacional e dependentes do apoio político do Estado nacional para sobreviver. O que caracteriza o Estado patrimonial burocrático é que o acesso ao poder não é um meio para a garantia de determinados interesses de grupos ou classes determinadas mas um fim em si mesmo, pelos benefícios que os cargos públicos e o controle dos recursos extraídos pelo governo podem proporcionar. As elites políticas dos grandes Estados economicamente deprimidos ou subdesenvolvidos – Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, para citar só os mais evidentes – não são "representantes" dos seus Estados, mas intermediários entre o governo central e as populações de suas regiões, intermediação na qual se alimentam e da qual vivem. A existência de um setor capitalista pujante e em expansão, como o que se criou em São Paulo termina por se constituir em um bolsão que tende a um estilo político totalmente distinto, baseado em mecanismos muito mais claros de representação de interesses econômicos e que tende a ser repetido

pela aliança dominante. Esta maneira de entender as coisas permite, inclusive, perceber melhor o papel das Forças Armadas na história política brasileira, como parte da estrutura burocrático-patrimonial do Estado nacional.

A contradição entre a política paulista e a política nacional não se dá somente no nível das elites. O movimento sindical brasileiro, criado pelo Estado Novo e mantido em grande parte inalterado até nossos dias, sempre foi parte da estrutura burocrático-patrimonial, e o Fundo Sindical, os institutos de previdência, a Justiça do Trabalho e o próprio Ministério do Trabalho funcionaram sempre como instrumento de cooptação das elites operárias, que dava margem a uma política social paternalista, e à manutenção dos sindicatos como instituições dependentes do governo e sem base de apoio própria. Em São Paulo, no entanto, o controle governamental do movimento sindical sempre foi menor do que no resto do País, seja porque muitos sindicatos se recusavam a participar do sistema ministerial, seja porque outros terminavam por escolher suas próprias lideranças e impô-las ao governo.

Existe uma série de eventos recentes que parecem sugerir que este quadro está mudando. Primeiro, São Paulo foi o base de um amplo movimento social pela abertura política, que acabou contagiando o resto do País. Depois, São Paulo foi, possivelmente, o único Estado da Federação onde o governo central não conseguiu eleger o governador de sua preferência, tendo de tragar, a contragosto. o sr. Paulo Maluf. Terceiro, é em São Paulo que vem surgindo uma nova forma de sindicalismo, que se recusa a ser cooptado pelos grandes partidos nacionais e trata de afirmar sua independência e autonomia de ação. Quarto, *last but not least*, o governo federal é agora levado a aceitar o sr. Delfim Netto no comando da política econômica do País, depois de uma longa sucessão de tentativas de impedir que ele desenvolvesse sua potencialidade de liderança política.

Levadas a suas últimas conseqüências, estas tendências significariam que a política brasileira passaria a corresponder, cada vez mais, ao jogo de interesses e forças que se dão no centro econômico do País, marginalizando as antigas elites políticas, os estilos de atuação ultrapassados e as estruturas de governo patrimonial-burocráticas que até agora têm dominado nosso cenário. Desde muitos pontos de vista, esta seria uma mudança bem-vinda, principalmente se considerarmos que o sistema político tradicional brasileiro nada fez por impedir, e na realidade tem contribuído para agravar a situação de pobreza absoluta que aflige a grande maioria da população do País ao Norte de São Paulo. Por outro lado, existe o temor de que São Paulo não tenha olhos para este Brasil pobre, marginal e dependente, e que o predomínio da política paulista contribua para agravar, ou pelo menos manter, as grandes desigualdades regionais que hoje existem.

Já houve quem comparasse a Revolução de 32 com a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, observando que, no Brasil, ganhou o lado que corresponderia ao Sul norte-americano. Se o paralelo é válido, estaríamos finalmente chegando ao momento em que o "Norte" moderno, liberal e capitalista começa a assumir sua liderança. O outro lado do pêndulo, evidentemente, é a reação dos que se marginalizam neste processo, representados, nos Estados Unidos de hoje, pelos georgianos de Carter. Os Estados Unidos estariam, assim, chegando ao fim da era do predomínio absoluto dos grandes

centros industriais, liberais e capitalistas sobre o resto do país, era na qual só agora estaríamos entrando.